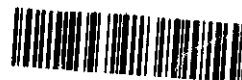


A ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE DA FEAM.

SIGED



00235068 1561 2012

Anotar abaixo o número do SIPRO

Auto de Infração nº: 2006/2005
OFÍCIO FEAM : nº 1646/2012GAB/NA/SISEMA

FEAM
RECEBEMOS
20/12/12
ASSINATURA

Posto Prisco e Moura LTDA, CNPJ 86.634.839/0001-05 localizado Av. Presidente Castelo Branco 133, Centro CEP 38.690-000 Formoso- MG. Vem com o devido respeito e acatamento, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro nas disposições contidas no Decreto 44.844/2008, interpor: **DEFESA ADMINISTRATIVA**, contra o Auto de Infração nº 2006/2005, lavrado em 05/05/2005 pelo Agente Fiscal, Alice B. P. Masp 107494-4, o que faz sob os seguintes fundamentos:

1. DA COMPETÊNCIA E TEMPESTIVIDADE

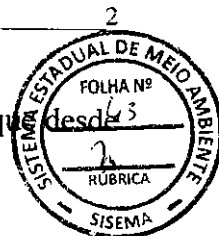
Prevê o Decreto nº 44.844/08, artigo 33, o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação do Auto de Infração, para apresentar defesa dirigida ao órgão responsável pela autuação, no caso a FEAM

O OFÍCIO Nº 1646/2012 GAB/NA/SISEMA foi lavrado em 04 de dezembro de 2012, contando este ato como a notificação inicial.

Considerando que a data inicial é a data do recebimento da notificação o presente recurso protocolizado até o dia 4 de Janeiro de 2013 é tempestivo, devendo ser iniciada a sua análise.

Dessa forma, o presente recurso protocolizado antes do término do prazo estabelecido pela legislação encontra-se tempestivo, bem como a sua apresentação junto a FEAM

cumpra o requisito do agente competente para julgar, pelo que deve ser acolhido, o que já se requer.



2. DAS PRELIMINARES DE NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO

Em primeiro plano, antes de adentrar no mérito da defesa, o Requerente alega irregularidades no procedimento de autuação, que serão demonstradas a seguir, o que gera a nulidade e extinção do Auto de Infração e, via de consequência, a inaplicabilidade de qualquer penalidade ao Recorrente, uma vez que o Auto de Infração atacado não verificou os requisitos formais exigidos pelo artigo 27 do Decreto 44.844/2008 e consectários:

Art. 27 - A fiscalização e a aplicação de sanções por infração às normas contidas na Lei nº 7.772, de 1980, Lei nº 14.309, de 2002, Lei nº 14.181, de 2002, e Lei nº 13.199, de 1999, serão exercidas, no âmbito de suas respectivas competências, pela SEMAD, por intermédio das SUPRAMs, pela FEAM, pelo IEF, pelo IGAM e por delegação pela Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG.

§1º - O titular do respectivo órgão ou entidade, em ato próprio, credenciará servidores para realizar a fiscalização e lavrar auto de infração, com fundamento em vistoria realizada pelas SUPRAMs, IEF, IGAM e FEAM, competindo-lhes:

I - verificar a ocorrência de infração às normas a que se refere o caput;

II - verificar a ocorrência de infração à legislação ambiental;

III - lavrar auto de fiscalização ou **boletim de ocorrência e auto de infração, aplicando as penalidades cabíveis, observando os seguintes critérios na forma definida neste Decreto:**

2.1 Da Ausência do Auto de Fiscalização ou Boletim de Ocorrência

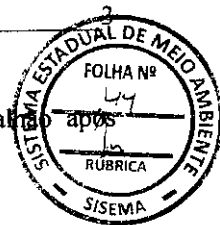
O agente fiscalizador descumpriu as disposições do artigo 27, § 1º, inciso III e artigo 30 do Decreto 44.844/2008, que determina a elaboração do Auto de Fiscalização ou **boletim de ocorrência** que deverá instruir o processo, assim:

III - lavrar auto de fiscalização ou **boletim de ocorrência e auto de infração, aplicando as penalidades cabíveis, observando os seguintes critérios na forma definida neste Decreto:**

Art. 30 - Realizada a fiscalização, será lavrado de imediato o auto de fiscalização ou boletim de ocorrência, registrando-se os fatos constatados e as informações prestadas, observadas as diretrizes do inciso III do Art. 27.

§1º - Se presente o empreendedor, seus representantes legais ou prepostos, ser-lhe-á fornecida cópia do auto de fiscalização ou boletim de ocorrência ambiental, contra recibo; boletim de ocorrência feito pela PMMG será preenchido

no ato da fiscalização e fornecido contra recibo pelo respectivo batalhão após numeração e digitalização.



Assim, ao lavrar diretamente o Auto de Infração, antes da elaboração do Auto de Fiscalização Circunstanciado ou **boletim de ocorrência**, o agente fiscalizador deixou de cumprir exigência legal da maior importância, pois, o referido documento deve ser analisado tendo em conta a sua função precípua, qual seja:

Garantir a **Motivação** do auto de Infração, elencando as razões da aplicação da multa, bem como garantir a ampla defesa do autuado. Em que pese à referida multa ter sido lavrada no local do fato, não obsta a necessidade de lavratura do referido auto onde constariam as formas de verificação da pretensa infração.

Em que pese à disposição contida no Parágrafo único, inciso III do Artigo 27 citado acima, de que o referido documento será disponibilizado nos autos, a elaboração do mesmo deverá ser realizada antes da autuação, para amparar a existência e validade da autuação conforme o §1º do artigo 30 citado acima.

A elaboração posterior do relatório faria que a sua existência perdesse o sentido, pois de nada adiantaria autuar primeiro para depois justificar o ato.

Ainda sobre o tema, a falta de motivação e a não apresentação do Boletim de Ocorrência inviabilizam o Direito de Defesa por parte do autuado, que não possui possibilidades de conhecer as razões que deverão ser refutadas.

Dessa forma, forçoso concluir que o Auto de Infração ora impugnado é nulo de pleno direito, eis que sua lavratura não obedeceu aos princípios basilares da Administração Pública, quais sejam: **Princípio da Motivação e Devido Processo Legal** (*Ampla Defesa e Contraditório*).

Ante a relevância do tema, vale maior atenção quanto ao estudo dos Princípios afrontados nos seguintes termos:

2.1.1 Da Falta de Motivação

Diante dos pilares da legalidade e moralidade administrativa, a motivação é obrigatória nos atos administrativos que afetam o interesse individual do administrado.



A Constituição Federal de 1988 consagrou o Princípio da Moralidade, que passa a ser considerado como obrigatório, para que a atuação ética do administrador fique demonstrada pela exposição dos motivos do ato e para garantir o próprio acesso ao Judiciário, vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

A lei que regula o Processo administrativo no âmbito federal Lei 9.784/99, prescreve em seu art. 2º e 50 o seguinte:

Art. 2º. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, **motivação**, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. (grifo nosso)

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser **motivados**, com indicação dos fatos e fundamentos jurídicos, quando: (grifo nosso)

[...]

II – imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

A multa aplicada ao requerente não possui motivação, apenas se limitando a dar o enquadramento da conduta, como pode se perceber pelo campo 09 do auto de infração.

Isso não é fundamentação legal, pois apenas enquadra legalmente a conduta do autor, ou seja, apenas repete a descrição legal. Fundamentação (motivação) é o exame das questões de fato e de direito, onde se constrói as bases lógicas da parte decisória, é onde se fixa as premissas da decisão após laborioso exame das alegações relevantes que as partes formularam, bem como do enquadramento do litígio nas normas legais aplicáveis.

É bom frisar que se trata de enquadramento genérico. Pela motivação, o administrador público justifica sua ação administrativa, indicando os fatos (pressupostos de fato) que ensejam o ato e os preceitos jurídicos (pressupostos de direito) que autorizam sua prática, contudo a decisão supra mencionada não analisa devidamente os pressupostos de fato.

Conforme podemos aduzir pelo texto transcrito e pelas informações anteriormente prestadas, o Servidor autuante não motivou o ato administrativo, restringindo-se a praticamente repetir o texto legal contido nos artigos das normas.

Não resta sombra de dúvidas que o ato administrativo vinculado em apreço está eivado de vício pela falta de motivação, especialmente pela verificação da ausência do **Boletim de Ocorrência**, pois, este documento é elemento essencial na constatação da infração administrativa.



Assim, o presente auto de Infração deverá ser desconstituído através da sanção de nulidade por ferir o Princípio Constitucional da **Motivação dos Atos Públicos**, vale ressaltar que esse tema será tratado de forma mais detalhada na análise do mérito.

2.3 Do Valor da Multa *(falta de Razoabilidade e Proporcionalidade)*

Por fim, cumpre-nos elencar o vício cometido pelo agente fiscalizador no momento da gradação do valor da multa, sendo certo que este é um dos requisitos exigidos para a validade do auto de infração.

A presente autuação não se mostra compatível com o devido processo legal uma vez que o requerente fora autuado de maneira genérica, sendo necessário que o auto de infração traga dados mínimos motivando o porquê da fixação do valor da multa.

Neste sentido, dispõe o art. 6º da Lei 9.605/98:

Art. 6º Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará:

I – a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente;

II – os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;

III – a situação econômica do infrator, no caso de multa.

Ainda em consideração à pertinência da competência discricionária para a aplicação da dosimetria da penalidade administrativa, primeiramente, cabe ressaltar que a discricionariedade não se cinge em dosar ou não a penalidade a ser aplicada, mas sim em, diante de preceitos exarados no artigo supracitado, sopesar, considerando o caso concreto, os parâmetros quanto aos atenuantes, agravantes, danos ao patrimônio ambiental, etc.

A questão mostra-se mais séria pelo fato de o Decreto Estadual 44.844/08 em seu artigo 27, § 1º, inciso III, alíneas a, b, c, d, e, trazerem as circunstâncias que deverão ser verificadas no momento da lavratura da infração, que agravam ou atenuam a pena no caso em questão.

III - lavrar auto de fiscalização ou boletim de ocorrência e auto de infração, aplicando as penalidades cabíveis, observando os seguintes critérios na forma definida neste Decreto:



- a) a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos;
- b) os antecedentes do infrator ou do empreendimento ou instalação relacionados à infração, quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual;
- c) a situação econômica do infrator, no caso de multa;
- d) a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos; e
- e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta;

O auto de infração, da forma como foi lavrado, não permite ao impetrante verificar de que modo foi calculada a multa, até mesmo porque não traz qualquer informação acerca da amplitude do dano ambiental ocasionado.

Desta forma, sem adentrar ao mérito da imputação, ou seja, não havendo imiscuição na ocorrência ou não do fato que gerou a lavratura do auto de infração, a que se reconhecer a existência de vício formal insanável no auto de infração em análise.

Percebe-se que não fora verificada na definição do valor da multa a gravidade do fato os antecedentes, tão pouco a situação econômica do infrator, ferindo assim princípios constitucionais basilares, quais sejam **Proporcionalidade** e **Razoabilidade**, vejamos:

Intimamente ligado com o princípio da razoabilidade e com frequência tratado por doutrinadores como sendo eles equivalentes, o princípio da proporcionalidade também teve seus primórdios na Constituição Federal dos Estados Unidos, e igualmente teve influências de doutrinadores alemães.

Assim, é o entendimento do grande mestre de Celso Antônio Bandeira de Mello que em sua obra Curso de Direito Administrativo. 15. ed. ref. ampl. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2003, onde discorreu sobre o tema:

“a rigor, o princípio da proporcionalidade não é senão faceta do princípio da razoabilidade. (...) Posto que se trata de um aspecto específico do princípio da razoabilidade, compreende-se que sua matriz constitucional seja a mesma. Isto é, assiste nos próprios dispositivos que consagram a submissão da Administração ao cânone da legalidade”.

Chamado também de **princípio da proibição de excessos**, funciona como controle dos atos estatais, com a inclusão e manutenção desses atos dentro do limite da lei e adequado a seus fins.

Seu verdadeiro sentido é de que, a proporcionalidade deverá pautar a extensão e intensidade dos atos praticados levando em conta o fim a ser atingido. Não visa o emprego da



letra fria da lei, e sim sua proporcionalidade com os fatos concretos, devendo o aplicador da norma usá-la de modo sensato, com vistas à situação específica de cada cidadão.

Não havendo a tal proporcionalidade entre os meios utilizados e o fim almejado, o ato esteja eivado de vício, e será considerado ilegítimo, podendo sofrer a correção pelo Poder Judiciário.

Assim, cumpre-nos elencar alguns aspectos fáticos que demonstram que o ato em questão fere estes princípios constitucionais.

- 1) o requerente entende que não houve infração grave, pois não se verificou danos para a saúde pública tampouco para o meio ambiente e que se por ventura houvesse cometido alguma infração administrativa a teria realizado de forma culposa, conforme comprovará em sequência no momento do estudo do mérito da questão.
- 2) o requerente possui bons antecedentes no que tange ao cumprimento da legislação de interesse ambiental, bem como sempre tem pautado sua atuação profissional no respeito as normas especialmente as ambientais.
- 3) entende que a atuação não observou a presença de circunstâncias atenuantes evidentes, como menor gravidade dos fatos e medidas efetivas já tomadas, bem como a colaboração com os órgãos ambientais e situação socioeconômica do autuado.

É indiscutível que compete à administração pública o poder de autuar aqueles que por ventura tenham descumprido as normas ambientais; todavia, inadmissível, que aquele investido de poder pratique atos abusivos e arbitrários, violando os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Por último, ressalta-se, que o princípio da razoabilidade é mais um meio de controlar a administração pública e proibir os seus excessos, sendo, portanto, um dos mais importantes princípios reitores da administração pública.

2.2.2 Do Devido Processo Legal (*Ampla Defesa e Contraditório*)

A Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LV elevou a sede de princípio constitucional o devido processo legal e a ampla defesa tanto no âmbito judicial quanto no administrativo:

Art 5º. LV – Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;



Normalmente, para que seja aplicada uma multa é necessário que haja um processo administrativo em que seja garantido o contraditório e a ampla defesa para que depois a multa seja mensurada e aplicada.

De acordo com os ensinamentos do Grande Mestre Helly Lopes Meirelles em sua obra, *Direito Administrativo Brasileiro* – São Paulo: Editora Malheiros, 1999, pág. 145, verificamos o seguinte:

“ O reconhecimento da auto-executoriedade tornou-se mais restrito, em face do art, 5º, LV, da CF, que assegura o contraditório e a ampla defesa inclusive nos procedimentos administrativos. Não obstante, quando o interesse público correr perigo iminente, a auto-executoriedade deve ser reconhecida.”

A própria lei 9.605/1998, que regulamenta o processo administrativo específico do dano ambiental determina que:

Art. 70 – Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

§ 4º As infrações ambientais são apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições desta lei. (grifo nosso)

Art. 71 – O processo administrativo para apuração de infração deve observar os seguintes prazos máximos:

I – vinte dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data de ciência da autuação;

II – trinta dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data de sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação;

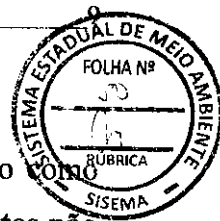
III – vinte dias para o infrator recorrer a decisão condenatória à instância superior do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, ou à Diretoria de Portos e Costas, do Ministério da Marinha, de acordo com o tipo de autuação;

IV – cinco dias para o pagamento da multa, contados da data do recebimento da notificação.”

O Auto de infração é o ato inicial do procedimento, que desemboca na notificação para pagamento de multa, que é o ato final.

A multa só se torna exigível após todo o processo administrativo onde é assegurado o contraditório e a ampla defesa, pois, caso contrário, está-se aplicando uma sanção sem o **Devido Processo Legal**.

Diante do exposto, a multa aplicada no referido auto de infração é nula, por afrontar aos princípios da legalidade, motivação, contraditório e ampla defesa, segundo o ilustre professor Helly Lopes Meirelles: “ *O exame do ato administrativo revela nitidamente a existência de cinco requisitos, necessários à sua formação, a saber: competência, finalidade, forma, motivo e objeto.*” (*Direito Administrativo Brasileiro*, 24ª edição).



Maria Sylvia Zanella Di Pietro, enumera os elementos do Ato administrativo sendo, sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade. **Sem a convergência desses elementos não se aperfeiçoa o ato e, conseqüentemente, não terá condições para produzir efeitos válidos.**

Existem duas categorias de atos inválidos, os nulos e os anuláveis, os primeiros gerando efeitos retroativos (*ex tunc*) e o segundo não retroage (*ex nunc*), no âmbito do direito administrativo, por se tratar de matéria de direito público só existem atos nulos, conforme ensina o ilustre administrativista HELLY LOPES:

“ ... em Direito Público não há lugar para atos anuláveis, como já assinalamos precedentemente. Isto porque a nulidade (absoluta) e a nulidade (relativa) assentam, respectivamente, na ocorrência do interesse público e do interesse privado na manutenção ou eliminação do ato irregular.” (idem).

Como observamos dos ensinamentos acima trazidos, a falta de qualquer requisito (elemento) do ato administrativo acarreta a nulidade como sanção, devendo o ato ser desconstituído desde o seu nascedouro.

Dessa forma, forçoso concluir que o Auto de Infração ora impugnado é nulo de pleno direito, eis que sua lavratura não obedeceu aos requisitos legais exigidos pelo Decreto 44.844/2008, em seus pontos cruciais, quais Sejam: a) **Da Ausência do Auto de Fiscalização ou Boletim de Ocorrência**, b) **Do Valor da Multa**, restando, pois, desrespeitados os Princípios Constitucionais da Legalidade, Motivação, Devido Processo Legal (Ampla Defesa e Contraditório), Razoabilidade e Proporcionalidade, motivo pelo qual dever ser declarada a sua nulidade e a extinção do Auto de Infração recorrido, bem como o cancelamento da multa imposta.

3. DO MERITO DA DEFESA

Caso as preliminares argüidas não sejam acolhidas, o que se admite por amor ao debate, e por dever de cautela, o Recorrente passa a impugnar o mérito do Auto de Infração.

Além das irregularidades apontadas nas preliminares, que por si só já justificam o cancelamento da multa aplicada, imperioso ressaltar que o requerente tem consciência de suas responsabilidades ambientais, e que o mesmo sempre cumpriu com suas obrigações legais.

Em que pesem as disposições contidas na Lei de Introdução ao Código Civil, de que ninguém se escusa de cumprir a lei alegando o seu desconhecimento, no caso em tela, o que ocorreu foi um verdadeiro engano, onde as diversas alterações realizadas nas Resoluções e



Portarias dos órgãos ambientais causaram dificuldades no entendimento de como empreendimentos devem proceder no momento de regularizar as suas atividades.

Cabe-nos refletir que o Direito Ambiental é uma ciência demasiadamente jovem, que enfrenta as mais diversas mazelas, tais como, certo descrédito por parte da comunidade e graves controvérsias quanto à competência legislativa e material, o que acarreta o crescimento desordenado do número de normas, dificultando o acesso do cidadão, bem como a atuação dos órgãos ambientais.

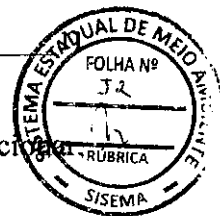
O requerente não agiu de má-fe, apenas não teve condições de interpretar as normas vigentes, que são extremamente complexas para um leigo, os manuais disponíveis não elucidam as questões aventadas, e a compreensão dos critérios técnicos exigidos demandariam a contratação de equipe técnica especializada para a gerência de uma pequena empresa do interior.

Desta forma, por falta de conhecimento e de orientação por parte dos órgãos competentes, o requerente deixou de buscar na data inicial a LOC porém todos os procedimentos de regularização já estava sendo buscado conforme o FOBI nº 177411/2005 estando disposta a adequar a legislação, que deu entrada no licenciamento gerando assim a vistoria nº 8293 no dia 05/05/2005 a partir deste momento relatado ao empreendedor a necessidade de alterações na sua empresa, das quais no mesmo dia já começaram a ser realizadas e no dia 09/05/2005 já se buscou técnicos na região para executar os pedidos conforme orçamento em anexo, porém o relatório do vistoria não teve intenção de informar ou ceder um prazo para as alterações citadas, foi feito no mesmo dia o AUTO DE INFRAÇÃO 2006/2005 no qual somente cita os art. 3º da necessidade da licença de operação e constata a existência de degradação ambiental, sem informar qual o tipo de degradação ou qualquer laudo ou foto dessa degradação.

Com as constantes mudanças na legislação ambiental, em 2006 foi referido que posto de combustíveis com capacidade de armazenamento abaixo de 90m³ estariam enquadrados com classe 2 não sendo mais passíveis de LICENCIAMENTO e sim de AAF conforme feito pelo empreendedor. Todos os itens foram cumpridos e o posto encontra-se licenciado.

O requerente não agiu de forma Dolosa e se houve culpa, a mesma é compartilhada, entre o mesmo e o Sistema Ambiental, que, de tão intrincado que é, impossibilita o cumprimento das mais pequenas normas protecionistas.

Neste diapasão, fica demonstrado de forma cristalina a boa-fé do requerente, uma vez que o mesmo procedeu a regularização de seu empreendimento por meio da Autorização Ambiental de Funcionamento, fazendo jus ao cancelamento da presente atuação, uma vez



que contava com documento oficial deste órgão ambiental que lhe autorizava a funcionar, qual seja, o ofício SUPRAM N°1603/2010.

O referido ofício de forma clara autoriza o funcionamento do empreendimento, descrevendo medidas condicionantes que deveriam ser tomadas de forma a mitigar os impactos negativos da atividade. Entendendo o requerente que esta documentação seria suficiente para autorizar a sua atividade.

Desta forma, considerando que o referido ofício não prevê prazo para a conclusão das medidas, tão pouco exige a apresentação de qualquer outra documentação ou busca pela AAF, o requerente fora induzido ao erro pelos agentes públicos, que deveriam na realidade lavrar o Termo de Ajustamento de Conduta que constasse prazos e medidas claras para o desembargo das atividades.

Neste sentido o requerente acreditou que o referido ofício cumpria esta papel, assim, sendo incabível a referida multa, pois, como descreve o próprio código da autuação, sua atividade exigia a AAF ou TAC firmado com o órgão ambiental, assim: *“Funcionar sem autorização, ambiental de funcionamento, desde que não amparado por termo de ajustamento de conduta com o órgão ou entidade ambiental competente, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental*

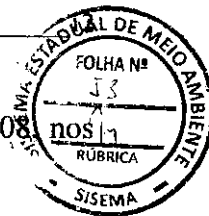
Assim, resta amplamente comprovada a boa-fé do requerente, sendo certo que este entende que não causou dano grave ao meio ambiente, bem como o presente procedimento poderia ser evitado caso o mesmo tivesse sido notificado para prestar informações, o que faria de bom grado evitando maiores constrangimentos.

Por fim, se o mesmo fosse convocado junto ao órgão ambiental poderia comprovar a regularização de seu empreendimento. Não obstante, a presente autuação fora oriunda de uma omissão do órgão ambiental que deixou de cumprir o que determina o decreto 44.888/08, firmando um TAC adequado para amparar o funcionamento do empreendimento, devendo, portanto a sua multa ser reduzida ou desconsiderada conforme justificativas apresentadas acima.

Ad argumentandum tantum, caso as afirmações aventadas não conduzam ao cancelamento da autuação, o cálculo da multa deverá ser revisto atentando para os seguintes pontos:

3.2 Das Circunstâncias Atenuantes

Após as correções do valor da multa como requerido acima, e caso não ocorra o cancelamento da mesma, faz-se necessária a aplicação das atenuantes possíveis para o caso



em comento, conforme possibilidades enumeradas no artigo 68 do Decreto 44.844/2008, em seguintes termos:

Art. 68 - Sobre o valor-base da multa serão aplicadas circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme o que se segue:

I - atenuantes:

c) menor gravidade dos fatos tendo em vista os motivos e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento;

d) tratar-se o infrator de entidade sem fins lucrativos, micro-empresa, micro-produtor rural ou unidade produtiva em regime de agricultura familiar, mediante apresentação de documentos comprobatórios atualizados emitidos pelo órgão competente, ou ainda tratar-se de infrator de baixo nível socioeconômico com hipóteses em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento;

e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até trinta por cento;

Conforme podemos aduzir do texto legal acima transcrito, cabe a redução do valor da multa em até 30%, quando não houverem consequências para a saúde pública para o meio ambiente e recursos hídricos, ou seja, desde que não haja dano ambiental de qualquer sorte a referida atenuante deverá ser aplicada e por conseguinte imposta a redução da multa.

A referida atenuante é plenamente aplicável ao caso em apreço, uma vez que a infração cometida pelo Recorrente é de menor gravidade, sendo que não causou prejuízos à saúde pública e ao meio ambiente.

Conforme podemos aduzir do texto legal acima transcrito, cabe a redução do valor da multa em até 30%, quando o infrator detiver baixo nível sócio econômico. Ainda neste sentido cabe ressaltar que o empreendimento em questão trata-se de uma pequena empresa, em um cidade bastante isolada sem acesso as estrada asfaltada e com grande maioria de pequenos produtores rurais de baixa renda, não percebendo grande remuneração por seus serviços.

Noutro turno entendemos necessário o reconhecimento da atenuante enumerada no inciso III, alínea "e", citado acima, uma vez que o requerente sempre colaborou amplamente com a fiscalização, não oferecendo resistência a entrada dos agentes e apresentando documentos requeridos. Valendo citar ainda quer o mesmo já procedeu a regularização de seu empreendimento por meio da obtenção da competente Autorização Ambiental de Funcionamento.



Sendo certo que houve a subsunção das atitudes do requerente à descrição contida nas referidas atenuantes, bem como não houve disposição no auto de infração de atitude contrária à fiscalização por parte do requerente, fica latente a necessidade de redução da multa.

Assim, a multa aplicada deve sofrer redução, no patamar de 50% (cinquenta) por cento, já que o reconhecimento de atenuantes não poderá exceder este patamar conforme determinação do artigo 69 do Decreto Estadual 44.844/2008.

Art. 69 - As atenuantes e agravantes incidirão, cumulativamente, sobre o valor-base da multa, desde que não implique a elevação do valor da multa a mais de cinquenta por cento do limite superior da faixa correspondente da multa, **nem a redução do seu valor a menos de cinquenta por cento do valor mínimo da faixa correspondente da multa.**

Dessa forma, a multa ora aplicada deve ser reduzida no patamar de 50% (cinquenta) por cento, por ser a medida da mais inteira JUSTIÇA!!!.

3. DOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Por amor ao debate, o requerente vem pugnar que no caso de manutenção da referida multa e após a readequação dos valores da mesma, o que legalmente fora demonstrado pelas alegações acima, que lhe seja facultada a assinatura dos competentes Termos de Ajustamento de Conduta previstos no Decreto 44.844/2008. Para que o mesmo possa converter o valor remanescente da multa em reparação direta do dano e medidas de controle ambiental conforme veremos a seguir:

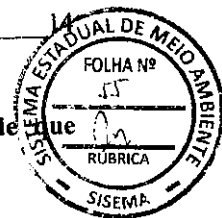
O citado Decreto elenca duas possibilidades para a assinatura do TAC. Para que o requerente reduza o valor da multa em 50% por meio de um Termo onde o mesmo se compromete a reparar o dano direto causado e a assinatura de outra espécie de Termo onde pode ser realizada a conversão do valor remanescente, ou seja, os outros 50% em medidas de controle, que poderão incluir ação reparadora a ser realizada em qualquer parte do Estado.

Assim, fica latente que o Termo de Ajustamento de Conduta previsto no § 2º do artigo 49 do Decreto 44.844/2008, tem a função primordial de REDUZIR o valor da multa aplicada no patamar de 50% caso o empreendedor cumpra as medidas específicas para reparar o dano dentro dos prazos e condições previstas no termo, vejamos:

Art. 49 - As multas poderão ter sua exigibilidade suspensa nos seguintes casos:

§2º - A multa poderá ter o seu valor reduzido em até cinquenta por cento, na hipótese de cumprimento das obrigações relativas a medidas específicas para reparar o dano ambiental, corrigir ou cessar a poluição ou degradação

assumidas pelo infrator no termo de ajustamento de conduta, desde que promovidas dentro dos prazos e condições nele previstos.



In casu, o requerente deseja firmar com o órgão ambiental competente o referido TAC, no caso de manutenção da multa e após a readequação dos valores para que se tenha uma referência real dos prováveis impactos ambientais negativos causados.

Após a assinatura do TAC citado acima e comprovado o cumprimento das medidas nele descritas o requerente pretende firmar junto ao Estado novo Termo que preveja a CONVERSÃO do valor restante da multa em ações ambientais a serem realizadas em qualquer parte do Estado.

Desta Forma, o valor final após a comprovação do Termo de Reparação seriam aplicados conforme as regras dispostas no artigo 63, e consectários do Decreto Estadual 44.844/2008:

Art. 63 - Até cinquenta por cento do valor da multa de que tratam os arts. 60, 61, 62 e 64 poderão ser convertidos, mediante assinatura de Termo de Compromisso com o órgão ambiental competente, em medidas de controle, que poderão incluir ação reparadora a ser realizada em qualquer parte do Estado, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

I - comprovação pelo infrator de reparação do dano ambiental diretamente causado pelo empreendimento e da adoção das medidas de controle ambiental exigidas pelo órgão ambiental competente;

II - comprovação do recolhimento do valor restante da multa, que não será convertido em medidas de interesse de proteção ambiental e de recursos hídricos, nos termos deste artigo se não aplicada a redução a que se refere o §2º do Art. 49;

Por fim, denota-se que o requerente faz jus a assinatura dos citados Termos de Ajustamento de Conduta, para que seja realizada a REDUÇÃO do valor da multa definitiva em 50% e a CONVERSÃO dos outros 50% do valor da multa definitiva em medidas de natureza ambientais.

4. DOS PEDIDOS

ANTE TODO O EXPOSTO, requer o Autuado:

- 1) O acolhimento das PRELIMINARES argüidas para, considerando insubsistente e nulo de pleno direito o procedimento de autuação, CANCELAR O AUTO DE



INFRAÇÃO e, via de consequência, CANCELAR A COBRANÇA DE QUALQUER MULTA;

- 2) Em não sendo esse o entendimento de Vossa Senhoria, requer sejam acolhidas as alegações meritorias, em que pese a não comprovação do dano ambiental causado;
- 3) Por sua vez, não sendo esse o entendimento do Digníssimo Julgador, requer a REDUÇÃO DA MULTA AOS VALORES MÍNIMOS LEGAIS, BEM COMO A APLICAÇÃO DA REDUÇÃO DE 50% DO VALOR APURADO, TENDO EM CONTA A PRESENÇA DAS ATENUANTES ELENCADAS ACIMA;
- 4) Desde já, o autuado pugna, que ao final, no momento da notificação da decisão definitiva, no caso da multa não ser cancelada, que lhe seja dada a oportunidade de assinatura dos Termos de Ajustamento de Conduta, nos termos dos Artigos 49, § 2º e 63 do Decreto 44.844/2008.
- 5) Requer o prazo de 30 (trinta) dias para a juntada de provas documentais complementares que ante ao exíguo prazo para defesa não puderam ser providenciadas antes do termino do prazo para apresentação da defesa, nos termos do artigo 34, § 4º do Decreto Estadual 44.844/2008;
- 6) Requer, que as intimações e demais informações quanto ao andamento do processo sejam encaminhadas ao endereço do requerente.

Por ser medida de DIREITO e de JUSTIÇA,

Pede e espera deferimento.

BURITIS/MG, 17 de DEZEMBRO de 2012.

Posto Prisco e Moura LTDA.